

GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Rosângela Maria Nunes da Luz¹
Jerônimo Sartori²

Resumo

Neste artigo, de caráter bibliográfico, analisa-se os conceitos de integração e de inclusão presentes nas atuais discussões acadêmicas, assim como o papel do gestor escolar na escola inclusiva. Estes conceitos são, muitas vezes, tratados de forma inadequada, na medida em que ambos são tomados como sinônimos de inserção escolar. Também, é de fundamental importância entender o papel do gestor escolar, pois ele é visto como um dos principais atores envolvido no ambiente escolar. Diante de tal propósito, na primeira seção busca-se fazer um breve resgate histórico sobre o tema educação inclusiva nos cenários mundial e nacional, ressaltando dificuldades e conquistas ao longo do tempo. Na segunda seção, dialoga-se com Staiback & Staiback (1999), Mantoan (2000; 2006), Mittler (2003), Sassaki (2010), Lourenço (2010) e Jannuzzi (2012), a fim de questionar e explicitar as diferenças entre as concepções de integração e de inclusão, com o propósito de compreender as principais premissas da educação inclusiva na contemporaneidade. E na última seção, Luck (2009), Sousa (2009) e Silva (2015) corroboram na reflexão do papel do gestor escolar na escola inclusiva, que tem como propósito uma educação com qualidade e equidade para todos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Gestão escolar. Integração. Inclusão.

Introdução

A educação inclusiva tem sido objeto de muita polêmica no meio educacional. Nesse sentido, o estudo problematiza o entendimento dos conceitos de integração e de inclusão no ambiente escolar e os limites e o papel do gestor na educação inclusiva, a partir da literatura acadêmica. Considera-se imprescindível a clareza e o discernimento de tais concepções para que se possam desenvolver práticas inclusivas, envolvendo todas as pessoas, independentemente das suas especificidades.

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo - RS (UPF), licenciada em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas pela UPF, especialista em Gestão Escolar, especialista em Administração Estratégica em Serviços pela Universidade Caxias do Sul (UCS) e especialista em Educação Profissional pelo SENAC. Professora de Língua Portuguesa na rede estadual. ronunes04@hotmail.com

² Professor orientador. Professor Dr. em Educação PPG/Edu – Faced- UFRGS. Docente do Campus Erechim – UFFS. E-mail: jeteri55@yahoo.com.br.

A escolarização regular de crianças e jovens com deficiência têm gerado fortes inquietações acerca dos modos de desenvolver o processo inclusivo. Em muitos casos, se percebe que certo tipo de inclusão acontece por imposição das políticas públicas, no esforço de cumprir a lei, ou de tentar cumpri-la. É preciso compreender que as mudanças no sistema educacional, para atender à Educação Inclusiva, dependem de diversos fatores que envolvem o contexto político, social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e os recursos materiais disponíveis à escola (MENDES, 2002).

Diante deste contexto, faz-se necessário refletir sobre o entendimento do que são integração e inclusão, o papel do gestor escolar na escola inclusiva no contexto educativo, de modo que através desse entendimento se tenha condições de oferecer aos educandos um ambiente escolar acolhedor com uma educação de qualidade para todos. Nessa abordagem Sasaki (2010, p. 27), afirma “que os conceitos inclusivistas foram lapidados a partir de 1981 por todos quantos participaram, nos setores sociais”.

Assim, o entendimento das concepções inclusivas é necessário para que as escolas se transformem em espaços inclusivos e de qualidade, que valorizem as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais, atendendo as deficiências de cada aluno.

Percebe-se diariamente que alguns alunos estão integrados na escola, mas não estão inclusos, como preconiza a Lei nº 9.394/1996 em seu artigo 58³. Tal percepção baseia-se no fato de que os alunos “incluídos” têm dificuldades em realizar as atividades propostas e também em estabelecer uma convivência harmoniosa e produtiva com os colegas. Sabe-se que muitos desses alunos permanecem excluídos dentro do sistema escolar, não obstante a sua presença física nos espaços convencionais de estudo. Diante desse cenário me pergunto: que inclusão é essa que se está disseminando nas instituições escolares? Quais os principais obstáculos para a realização de práticas efetivamente inclusivas? Mediante quais condições humanas, pedagógicas e materiais se está atuando, para dar conta dessas prerrogativas legais em relação à Educação Inclusiva?

A aproximação de respostas a essas interrogações não pode se dar desvinculadamente da perspectiva de que a educação é o alicerce de cada sujeito. De outra forma, é pela educação que o sujeito transforma e amplia saberes que lhe ajudarão na construção de uma sociedade melhor para todos. Concretamente, esse construir requer certo grau de articulação entre o

³ “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, p. 43).

sistema educacional e toda a comunidade escolar, incluindo-se alunos, professores, direção e funcionários da escola e, também, as famílias.

Diante das inquietações acerca do conjunto de restrições que os alunos com deficiência enfrentam para socializarem-se no ambiente escolar e, também em desenvolver as suas habilidades com o propósito de uma aprendizagem que os ajude a defender-se com dignidade na sociedade, se estabelece como **objetivo geral** deste estudo: investigar e compreender o papel do gestor escolar que norteiam a gestão das escolas inclusivas, do ponto de vista dos gestores. Como **objetivos específicos** se propõem: a) compreender a função do gestor escolar diante da educação inclusiva; b) entender os conceitos que envolvem a educação inclusiva, refletindo sobre o entendimento do que são integração e inclusão no contexto educativo.

Assim compreendendo, no delineamento deste estudo optou-se por uma pesquisa de caráter bibliográfico. Gil (2010) ajuda a entender que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, composto de livros e artigos científicos. Salienta também o cuidado que os pesquisadores têm ao analisar cada informação para evitar incoerências. Medeiros (2010), por sua vez, diz que a pesquisa bibliográfica significa o levantamento da literatura alusiva ao assunto que se deseja estudar. A pesquisa bibliográfica apresenta quatro etapas, assim caracterizadas:

- identificação: cuida do recolhimento bibliográfico que existe a respeito do assunto em questão. Esse levantamento é feito por catálogos de editoras, livrarias de órgãos públicos, de entidades de classe, de universidades, de bibliotecas; - localização: é a fase posterior ao levantamento bibliográfico e significa a localização das obras específicas, a fim de conseguir as informações necessárias; - compilação: caracteriza-se como fase da obtenção e reunião do material desejado; - fichamento: é a transcrição dos dados em fichas, para posterior consulta e referência, devendo-se anotar os elementos essenciais ao trabalho. Portanto, essas anotações devem ser completas, claramente redigidas e fiéis ao original (MEDEIROS, 2010, p. 36).

Com a pesquisa, desenvolvida através de uma revisão de literatura buscamos entender analiticamente as principais concepções que fazem parte da educação inclusiva, trazidas pelos autores que sustentam nossa investigação. Neste sentido, nos aportamos aos estudos de Staiback & Staiback (1999) e Mantoan (2000); (2006), que nos desafiam a romper as concepções tradicionais sobre a educação inclusiva. Também, dialogamos com Mittler (2003), Lourenço (2010), Sasaki (2010) e Jannuzzi (2012), trazendo suas contribuições com relação aos estudos para esclarecer as inquietações da educação inclusiva. Corroboram neste estudo na compreensão do papel do gestor escolar Saviani (2000), Luck (2009) e Sousa (2009).

O artigo estrutura-se em três seções. Na primeira busca-se fundamentar a historicidade da educação inclusiva. Na segunda, trata-se de questionar e inferir os conceitos de integração e inclusão no ambiente escolar. Na terceira seção, limites e desafios do gestor escolar na educação inclusiva.

Caminhos que levam à Educação Inclusiva

Sabe-se que a educação de pessoas com deficiência é tema de grandes debates e também de conquistas. Muito já se avançou, mas ainda há muito a conquistar, pois é direito do ser humano ter uma educação de qualidade. É fundamental fazermos uma retrospectiva dos movimentos internacionais e nacionais com relação à deficiência. Tratar-se-á de imediato dos movimentos internacionais.

Os estudos mostram que na história da educação, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, de acordo com Mazzotta, (2003, p.16). O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado.

Mazzotta (2003, p. 16-17) conta que foi na Europa que aconteceram os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças nos grupos sociais, concretizando-se em medidas educacionais, expandindo-as para os Estados Unidos e Canadá e, posteriormente, para outros países, inclusive o Brasil. Em sua análise criteriosa Mazzotta (2003), constata que a primeira obra impressa sobre a educação de deficientes teve autoria de Jean-Paul Bonet, sendo editada na França em 1620 com o título “Redação das Letras e Arte de Ensinar os Mudos a Falar”. Constatou, também, que a primeira instituição especializada para a educação de surdos-mudos foi fundada pelo abade Charles M. Eppée em 1770, na cidade de Paris, sendo este abade quem inventou o método dos sinais.

Outro dado de relevância que Mazzotta (2003) informa, é de que em 1829, Louis Braille, fez uma adaptação no código militar de comunicação noturna, proposto por Barbier, para as necessidades dos cegos, criando assim, o método Braille.

Em 1832, conforme Mazzotta (2003) teve início em Munique, Alemanha, a instituição voltada ao atendimento dos deficientes físicos. Anos mais tarde (1838), o médico Jean Marc Itard comprovou métodos sistematizados para o ensino de deficientes ou retardados mentais. No período de 1870 a 1956 a educadora Maria Montessori contribuiu grandemente para a evolução da educação especial.

Mazzotta (2003) ressalta que no período de 1850 a 1920, nos Estados Unidos, houve um aumento crescente das escolas residenciais que era um modelo europeu, onde havia o atendimento para os deficientes mentais. Na última década do século XIX as escolas residências não eram mais consideradas apropriadas para a educação do deficiente mental. Assim, no período de 1896 a 1913 foram abertas classes especiais para doentes mentais, cegos e amblíopes⁴.

Ainda de acordo com o autor, por volta de 1950, os pais de crianças com desenvolvimento mental retardado se organizaram na *National Association for Retarded Children – NARC*, a qual foi inspiradora da criação das *Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs* – no Brasil. Vale lembrar, um movimento importantíssimo, o qual impulsionou a educação especial.

Em Jomtien, na Tailândia, em 1990, acontece a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, momento em que foi elaborado um documento que reafirma o direito de todos à educação e propõe as medidas necessárias para se alcançar os objetivos propostos.

Outro acontecimento de grande relevância aconteceu em 1994, a *Declaração de Salamanca*, que culminou no documento as “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, isto é, tratam dos princípios, políticas e práticas na área das pessoas com deficiências. Esse movimento foi altamente significativo em favor da inclusão, fortalecendo essa ideia em vários países, inclusive no Brasil.

No fim do século XVIII e começo do século XIX a educação especial no Brasil encontrou pouca manifestação, não havia interesse por parte do governo central em oferecê-la à população, pois os deficientes não eram motivo de preocupação. Nessa abordagem, Jannuzzi remete-nos à seguinte situação,

A educação das crianças deficientes surgiu institucionalmente, mas de maneira tímida, no conjunto das concretizações possíveis das ideias liberais que tiveram divulgação no Brasil no fim do século XVIII e começo do século XIX. Essas ideias já estavam presentes em alguns movimentos como, por exemplo, a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), que reuniram numa mesma luta uma série de profissionais: [...] (JANNUZZI, 2012, p. 06).

Outra informação relevante, diz respeito à sociedade civil que a partir de 1930, começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência, com

⁴ Amblíopes quer dizer pessoa que sofre de ambliopia, isto é, com sensibilidade visual, sem lesões aparentes do olho, cujas causas são variadas: mal formação da retina, albinismo, abuso de tóxicos. (Dicionário de Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico Infopédia).

isso o governo desencadeia ações visando à particularidade do alunado, criando escolas e hospitais. Nessa época os educadores envolvidos com a educação de deficientes empregam a expressão *ensino emendativo*⁵.

Nessa abordagem, Jannuzzi (2012) conta que a década de 1970 foi um dos marcos na educação do deficiente, pois nela ocorrem acontecimentos que colocam a área em destaque. Nessa década criou-se um órgão, o *Centro Nacional de Educação Especial – CENESP*, o qual responsável por fatores conjunturais externos e internos. Este órgão mudou de nome várias vezes de acordo com o governo, consolidando-se em 1990. Prosseguindo, em 1985 ocorreu a criação da *Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora da Deficiência – CORDE*, e em 1999, *Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE*, que tem como objetivo coordenar as ações dos ministérios e a política de integração das pessoas com deficiência. Junto a essas movimentações é elaborado um conjunto de leis e decretos, alguns dos quais são mencionados a seguir:

- Lei nº 7.853/89 – Dispõe sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência.
- Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Lei nº 10.098/94 – Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- Lei nº 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
- Portaria nº 2.678/02 – Institui a Grafia Braille para a Língua Portuguesa.
- Portaria nº 948/08 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- Decreto Nº 6.571/08 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado – AEE.
- Lei nº 13.005/14 – Plano Nacional de Educação.
- Lei nº 13.146/15 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). (MEC- Secadi\Legislação).

Diante da historicidade da educação especial, pode-se dizer que muitas batalhas foram vencidas, mas há muitas outras a serem conquistadas com o propósito de verdadeiramente fazer acontecer a educação inclusiva nas escolas. Nesse sentido, os órgãos governamentais, os educadores, gestores e a família necessitam aderir a esse processo com comprometimento,

⁵A expressão ensino emendativo, de *emendare* (latim), significa corrigir falta, tirar defeito, traduziu o sentido diretor desse trabalho educativo em muitas das providências da época. Armando Lacerda, no livro. *A pedagogia emendativa do surdo-mudo: considerações gerais*, colocou que a finalidade dessa educação era suprir falhas decorrentes de anormalidades, buscando adaptar o educando ao nível social dos normais (JANNUZZI, 2012, p. 59).

responsabilidade, colaboração, dialogicidade, amor, flexibilidade, compreensão, solidariedade a fim de a socialização ocorrer.

Concepções de integração e de inclusão

Diante do estudo realizado, percebe-se que ao longo dos séculos, as sociedades foram sofrendo transformações quanto às atitudes dispensadas às pessoas com deficiências, neste momento nos detemos a entender o conceito de integração. No sentido etimológico, integração vem do verbo integrar, que significa formar, coordenar ou combinar num todo unificado. Nessa abordagem,

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas com deficiência por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características essas atribuídas indistintamente a todas as pessoas que tivessem alguma deficiência (SASSAKI, 2010, p. 30).

A partir da década de 1960, começou o movimento pela integração que procurava inserir pessoas com deficiência nos meios sociais. Esse movimento nos remete a certos princípios como normalização, *mainstreaming*, autonomia, independência e empoderamento. È relevante se entender o significado desses princípios para a clarificação de integração.

Sasaki (2010 *apud* Mantoan, 1997b, p. 120) sintetiza o princípio da normalização dizendo que “visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade ou padrão”. Entende-se que cada sujeito cria o seu mundo e vive separado como qualquer pessoa.

Sasaki (2010) nos diz que no início da década de 1980 desenvolveu-se o princípio de *mainstreaming*, termo que significa levar os alunos o mais possível para os serviços educacionais da comunidade. Essa prática *demainstreaming* corresponde hoje à integração de crianças e jovens que conseguem acompanhar aulas comuns sem acontecer práticas inclusivas.

Mantoan (1997, p. 145) define o princípio de *mainstreaming* usando a metáfora do “sistemade cascata”, que é uma forma de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às alternativas do sistema educacional. Esse sistema deve oferecer a oportunidade ao educando em todas as etapas da integração, para transitar do ensino regular ao ensino especial.

Outro princípio que Sasaki (2010, p. 35) define é a autonomia, entendido como “a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce”. Também, conceitua o princípio da independência dizendo que “é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como membros da família, profissionais especializados ou professores”. Assim, o sujeito poderá ter mais ou menos autonomia ou independência num certo ambiente físico, o que dependerá do tipo de sua deficiência.

E, finalizando os princípios Sasaki (2010, p.36), esclarece que empoderamento “é o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa o seu poder pessoal inerente à sua condição para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo o controle de sua vida”. Apesar disso, Sasaki (2010, p. 33) diz que a integração tem o mérito de inserir o sujeito com deficiência na sociedade, tendo capacidade de superar as barreiras nela existentes. Nesse sentido, o sujeito deve adaptar-se à sociedade.

A integração e a inclusão estão lado a lado, muitas vezes, são confundidas, mas há uma diferença de valores e de práticas entre elas. Apesar disso, Mittler (2003, p. 34) comenta “a integração significa tomar as escolas regulares em escolas especiais através da transposição das melhores práticas, dos melhores professores e dos melhores equipamentos das especiais para o sistema regular de ensino, mesmo quando eles parecem não ser necessário”.

Nessa conceituação que Mittler (2003) mostra o entendimento de que o aluno deve se adaptar ao modelo de escola que está sendo oferecido, buscando a sua inserção com os colegas e professores. A adaptação do aluno deve acontecer de maneira natural, não havendo perspectiva de mudança da escola para acomodar as diversidades do educando. Outra abordagem sobre essa temática feita por Lourenço (2010), diz que “a prática da integração considera as deficiências como problemas das pessoas e visa à manutenção das estruturas institucionais”.

Diante desses conceitos se entende que na integração são oferecidas oportunidades aos alunos com necessidades educacionais especiais, isto é, a inserção acontece de maneira

parcial. Os sujeitos com deficiência se adaptam aos modelos de necessidades existentes, buscando o ajuste necessário.

Lourenço (2010) caracteriza escolas que ainda seguem uma tendência à integração, diante da diversidade dos alunos, percebe-se que:

- Há atitudes discriminatórias.
- As diferenças culturais são ignoradas.
- A diferença é vista como empecilho para a aceitação social.
- Os professores afirmam que não estão preparados para a educação inclusiva.
- Há um modelo fixo de ensino e de avaliação, que é repetido ano após ano.
[...] (LOURENÇO, 2010, p. 34).

Segundo Jannuzzi (2012, p. 154), referente à integração diz “tenuemente se vai mostrando a responsabilidade de o meio também se transformar, mas a ênfase é na modificação, na “normalização”⁶ do deficiente. O método apregoado era o individual e aconselhava-se a adaptação curricular”. Desse modo, entende-se que cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, e que na integração os alunos compartilham do mesmo espaço físico sem a socialização com a comunidade escolar.

Diante dos estudos e inquietações, percebe-se a necessidade de entender os conceitos de integração e inclusão, pois, se trata de dois conceitos que se referem ao processo de inserção escolar. Até o momento compreendeu-se o conceito de integração, a partir de agora se busca explicitar o conceito de inclusão.

Na concepção etimológica, inclusão vem do verbo incluir, que significa compreender, fazer parte de ou participar de. Participar é uma necessidade fundamental do sujeito, sendo que o ser humano só terá possibilidade de total desenvolvimento numa sociedade que permita e facilite a sua participação.

Ao se estudar a historicidade da educação especial visualiza-se o acontecimento de movimentos sociais e a elaboração de leis com objetivos em prol de uma educação para todos com equidade. Nessa abordagem, Lourenço comenta,

A partir desses movimentos sociais, começaram a se desenvolver práticas de inclusão, fundamentadas na modificação da sociedade para atender as necessidades

⁶ Normalizar não significa tornar o excepcional normal, mas que a ele sejam oferecidas condições de vida idênticas às que outras pessoas recebem. Devem ser aceitos com suas deficiências, pois é normal que toda e qualquer sociedade tenha pessoas com deficiências diversas. Ao mesmo tempo é preciso ensinar ao deficiente a conviver com a sua deficiência. Ensiná-lo a levar uma vida tão normal quanto possível, beneficiando-se das ofertas e das oportunidades existentes na sociedade em que vive (JANNUZZI, 2012, p. 153).

das pessoas, para eliminar as barreiras que as excluam e as mantinham afastadas as atividades e instituições sociais. No âmbito educacional, as escolas começaram a ser reestruturadas, de modo que não apenas pudessem receber em seu espaço físico pessoas com deficiências físicas, com deficiências mentais e com características atípicas, mas que também pudessem promover sua aprendizagem (LOURENÇO, 2010, p. 32).

Nessa ideia, se diz que as escolas vivem um momento de transição, em que estão pautadas em um modelo de integração para um modelo de inclusão. Essa mudança não é tarefa fácil. Ela exige reelaboração do sistema educacional. Requer de toda comunidade escolar novas concepções, que envolvem as práticas pedagógicas, relação de professor e aluno, organização do espaço escolar, de tudo aquilo que é necessário para a socialização dos educandos.

Outro conceito relevante sobre inclusão diz que,

A inclusão impõe um olhar para cada um como ser em desenvolvimento, que precisa de caminhos para desenvolver seu potencial. [...] a inclusão é um movimento que pretende aproximar a todos, sem que ninguém fique de fora. Todos nós a queremos e temos uma responsabilidade muito grande, por que ela depende de cada um de nós para existir (ABENHAIM, 2005 *apud* LOURENÇO, 2010, p. 38).

Nessa abordagem, os educadores que fazem parte de um modelo de escola inclusiva devem entender que todo educando tem as suas diversidades, que desenvolvem seu potencial de acordo com as suas habilidades. Cabe ao professor acolher os seus alunos e não apenas tolerá-los.

Mantoan (2000, p. 145-146) para definir inclusão usa a metáfora do caleidoscópio, que é um desenho que precisa de todos os pedaços para tornar-se enriquecedor. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado.

Segundo Mitller (2003, p. 34), “a inclusão implica uma reforma radical em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades em sala de aula”. De acordo com essa ideia, se faz necessário uma reestruturação de todo sistema educacional, iniciando-se pelos órgãos governamentais. Parafraseando esse mesmo autor, a inclusão representa mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade, pois se oferece o necessário ao aluno, assim celebra-se a diversidade.

Ainscow caracteriza a inclusão da seguinte maneira:

A agenda da educação inclusiva refere-se à superação de barreiras, à participação que pode ser experienciada por quaisquer alunos. A tendência ainda é pensar em política de inclusão ou educação inclusiva como dizendo respeito aos alunos com

deficiência e a outros caracterizados como tendo necessidades educacionais especiais. Além disso, a inclusão é frequentemente vista apenas como envolvendo o movimento de alunos das escolas especiais para os contextos das escolas regulares, com a implicação de que eles estão incluídos, uma vez que fazem parte daquele contexto. Em contrapartida, eu vejo inclusão como um processo que nunca termina, pois é mais do que um simples estado de mudança, e como dependente de um desenvolvimento organizacional e pedagógico contínuo no sistema regular de ensino (AINSCOW, 1999 *apud* MITTLER, 2003, p. 35).

No pensamento de Ainscow, entende-se que a inclusão não é considerada apenas uma mudança, mas como um processo que precisa acontecer no dia a dia, exigindo o envolvimento e comprometimento de todos, tanto na questão de gestão que inclui diretores e funcionários das escolas, como os professores que desenvolvem suas práticas pedagógicas em sala de aula.

No momento em que a realidade da escola é o ensino inclusivo, se entende que existem elementos⁷ interligados necessários para que a inclusão ocorra. Assim, Staiback e Staiback em sua concepção nos dizem que há três componentes práticos interdependentes no ensino inclusivo:

O primeiro deles é a rede de apoio, o componente organizacional, que envolve a coordenação de equipes e de indivíduos que apoiam uns aos outros através de conexões formais e informais [...] O segundo componente é a consulta cooperativa e o trabalho em equipe [...] O terceiro é a aprendizagem cooperativa, o componente do ensino que está relacionado à criação de uma atmosfera de aprendizagem em sala de aula em que alunos com vários interesses e habilidades podem atingir o seu potencial [...] (STAIBACK e STAIBACK, 1999, p. 21-22).

Segundo Mantoan (2006), o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais necessita ser universalizado, pois o sistema de ensino deve responder com uma aprendizagem adequada a esses alunos e que a formação continuada seja garantida aos professores. A pesquisadora destaca ainda, que há necessidade do cuidado com as práticas pedagógicas para serem de diferentes dimensões, respeitando as diversidades. Assim, a inclusão implica em uma reorganização do sistema educacional, o que determina novas concepções e o desenvolvimento desse alunado.

De acordo com Carvalho (2004, p. 111), “a proposta inclusiva pressupõe uma ‘nova’ sociedade e, nela, uma escola diferente e melhor do que a que temos hoje”. Entende-se que as mudanças no sistema educacional implicam em várias mudanças, novos conceitos e novos

⁷ Nesse contexto elementos se refere a: sistema educacional, diretores e funcionários da escola, os professores e a família.

paradigmas, sujeitos com capacidade de entender as diversidades de cada pessoa. Assim, a aprendizagem acontecerá no âmbito social, cognitivo e cultural. Nesse contexto Sasaki afirma que já é realidade a prática da inclusão e comenta,

O processo de inclusão vem sendo aplicado em cada sistema social. Assim existe a inclusão na educação, no lazer, no transporte, etc. Quando isso acontece, podemos falar, respectivamente, em educação inclusiva, no lazer inclusivo, no transporte inclusivo e assim por diante. Outra forma de referência consiste em dizermos, por exemplo, educação para todos, lazer para todos, transporte para todos (SASSAKI, 2010, p. 40).

Nas escolas inclusivas se configura a inclusão, pois diante das diversidades dos alunos se percebe características dessas escolas como: a diversidade é aceita e valorizada por todos; o respeito mútuo é incentivado; existe colaboração entre pais, professores e alunos; as dificuldades dos alunos são identificadas e sanadas; as práticas inclusivas são oferecidas a todos os alunos; há flexibilidade no currículo escolar e outras de cunho inclusivo.

Dessa forma, se entende que a inclusão somente acontecerá se houver transformação e evolução dos órgãos governamentais, professores, pais e alunos, formando novas concepções e novos paradigmas, que nos submete a agir de maneira solidária, responsável, organizada, criativa e principalmente acolhedora.

Papel do gestor na escola inclusiva

Quando falamos sobre o processo de inclusão escolar partimos da ideia de que a inclusão é mais do que simplesmente adaptações no espaço físico para o aluno com deficiência. Determina-se a importância de transformações profundas na escola, incluindo metodologias, currículos e, principalmente, o envolvimento de todos que fazem parte dos processos inclusivos, em que o gestor é fundamental na execução das atividades desenvolvidas na escola. A partir disso, busca-se compreender o que diz a lei referente ao gestor educacional frente à inclusão de sujeitos com deficiência nas escolas.

Neste contexto, a LDB 9.394/96 no seu art. 14 define

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A gestão democrática no cenário educacional é tema de grandes questionamentos, principalmente na escola pública que tem a tendência em interiorizar uma gestão pautada no conservadorismo de atitudes autoritárias. Entende-se, que a escola é vista como organização social, humana e cultural, em que todos os envolvidos devem ter suas funções determinadas, participando de maneira ativa nos processos da escola, para desenvolver com êxito as atividades planejadas. Neste sentido, faz-se necessário um gestor que promova uma política de gestão democrática participativa na comunidade escolar, partindo desse princípio, a escola precisa rever o papel do gestor.

A Constituição Federal (1988) estabeleceu princípios para a educação brasileira a obrigatoriedade, a gratuidade, a liberdade, a igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados por leis. Neste contexto, os educadores lutam por uma gestão democrática em prol de uma educação de qualidade e com equidade. Nessa abordagem, em uma gestão democrática se faz necessário a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, induzindo-os à construção de atitudes dinâmicas, apontadas pela diversidade e pelos distintos modos de compreender a escola.

Pensar em uma instituição com gestão democrática é ter uma escola que se baseia em regras que dá direitos de participação iguais aos estudantes, professores e funcionários. Esses ambientes ou espaços de ensino colocam os jovens estudantes e as suas vozes como os atores centrais do processo educacional, em cada aspecto das operações da escola, incluindo aprendizagem, ensino e liderança. Os adultos, professores são pedagogos e facilitadores que participam do processo educacional, auxiliando nas atividades de acordo com os interesses dos estudantes que as escolheram. Assim, na escola democrática todos estão comprometidos numa construção coletiva e na responsabilidade das relações entre os sujeitos, em que a educação é vista como o alicerce para o ser humano, que tem como objetivo êxito em sua vida pessoal e profissional.

Segundo Saviani (2000), mesmo participando de uma sociedade capitalista, é viável uma educação que não seja reprodutora da situação vigente, adequada aos interesses da maioria, pois, a educação interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação.

Diante do exposto, é fundamental que a escola clarifique o seu real papel perante a sociedade que é de formar cidadãos críticos, participativos, construtores do seu saber, capazes de se solidarizar com os demais, também, de serem capazes de enfrentar o mundo do trabalho, realizando-se profissionalmente e valendo-se de atitudes humanas e de respeito ao outro. Desse modo, se faz necessário compreender a ação pedagógica do gestor escolar, pois se

entende que este é um dos principais responsáveis para promover a política de gestão democrática, buscando envolver a todos nos processos que acontecem no ambiente escolar.

Nos processos inclusivos é fundamental que o gestor promova a inclusão, aperfeiçoando os procedimentos pedagógicos em sala de aula e na organização da escola, por meio da busca da qualidade e da transparência nos atos da gestão escolar.

Neste sentido Luck (2009, p. 95) corrobora ao afirmar que,

A gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida.

Nesta abordagem, cabe ao gestor escolar intermediar o planejamento das ações pedagógicas que contemplem todas as modalidades de ensino que acontecem na escola. Neste sentido, promover a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico com o envolvimento de todos os participantes do ambiente escolar será essencial para realizar um trabalho com qualidade. Assim, compreende-se como imprescindível o papel do gestor na instituição.

Segundo Sousa (2009, p. 2247), “a gestão atrela-se ao papel do gestor pedagógico na vida cotidiana da escola. É fato que ao gestor cabe a apropriação dos ideais de atendimento à diversidade da escola inclusiva, fazendo-se necessário adotar metodologias de trabalho compartilhado, abandonando-se as tradicionais formas de planejamento fruto de trabalhos técnicos isolados”. Neste contexto, cabe aos gestores um acompanhamento diário das atividades realizadas no ambiente escolar, dialogando com os professores sobre os desafios e necessidades encontradas, centrando atenção ao trabalho com os alunos com deficiência.

Entende-se que um ambiente escolar adequado ao ensino e aprendizagem exige por parte da gestão escolar um trabalho coletivo, participativo, colaborativo, tendo no horizonte a implementação de estratégias e metodologias apropriadas ao aluno com deficiência. Neste sentido Silva (2015) afirma que o diretor atento aos ideais da educação inclusiva, traz o assunto para debate com os professores durante a elaboração do projeto político pedagógico, questionando-os sobre as práticas inclusivas que necessitam ser desenvolvidas em sala de aula. Entende-se que uma escola inclusiva, antes de tudo é uma escola democrática, que se pauta pela prática dialógica e participativa.

Diante desta abordagem, não se pode deixar de analisar e de fazer uma reflexão sobre os sistemas de educação, quer nos níveis federal, estaduais e municipais. Fica difícil exigir da escola democracia em uma rede em que as relações são autoritárias e as decisões são tomadas de forma vertical.

Segundo a Psicóloga Marie Claire Sekkel da Universidade de São Paulo (USP), para que a inclusão escolar seja feita de forma afável e sensível às necessidades de educadores e alunos, é preciso que haja um ambiente de relações humanas, que receba esses processos em um ambiente inclusivo. É importante ressaltar que não se está falando de acessibilidade arquitetônica, mas de relações humanas, de interação entre os sujeitos. Neste sentido, entende-se que o ambiente escolar tem uma cultura própria, um conjunto de fatores sociais, culturais e individuais, em que as pessoas se comportam de acordo com as suas necessidades. Assim, se faz necessário um planejamento de práticas inclusivas que procure organizar conteúdos de acordo com as especificidades de cada aluno.

Neste contexto, a interação entre todos os envolvidos no ambiente escolar se torna essencial para ter um resultado satisfatório no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Portanto, cabe ao gestor escolar promover questionamentos sobre as práticas pedagógicas com o propósito de uma análise sobre o que está sendo feito e o que poderá ser realizado em favor daqueles educandos que demandam uma atenção mais cuidadosa e afável.

Entende-se que o gestor escolar é visto pelos sujeitos que fazem parte da escola como o alicerce da instituição, onde determina com base no planejamento coletivo, dando suporte e amparo a toda comunidade escolar na realização das ações pedagógicas. Segundo Sage,

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores (1999, p. 138).

Para o autor, é necessário primeiramente construir uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular. Na sequência é fundamental preparar a equipe para trabalhar de forma cooperativa e compartilhar os saberes, a fim de desenvolver um estudo contínuo e criar um elo de comunicação entre todos os envolvidos no processo inclusivo, possibilitando a reflexão crítica sobre a prática desenvolvida. Percebe-se, desta forma, que o gestor estará promovendo uma educação inclusiva quando viabiliza a participação de todos, evidenciando a dialogicidade entre toda a comunidade escolar.

Porém, segundo estudos realizados não se pode determinar que o gestor escolar seja o total responsável para que aconteça a educação inclusiva, mas é essencial considerar outros fatores como: que o professor possua um conjunto de saberes que envolvem as epistemologias que fundamentam o ato de aprender, além de habilidades e competências sobre mediação pedagógica no processo de ensinar; a relevância do trabalho das equipes multidisciplinares nas escolas; a relação de interação social entre toda a comunidade escolar; a formação de professores de maneira continuada, com objetividade, com conteúdos teóricos e práticos, promovendo um aprendizado entre os próprios docentes e; também infraestrutura adequada. Entende-se que todas as ações realizadas no ambiente escolar devem ser constituídas pela dinamização e liderança do gestor, principalmente as ações inclusivas.

Considerações finais

No Brasil as reflexões centradas na integração começaram em 1960, que contribuíram para aprender que é possível orientar não só os grupos homogêneos como os heterogêneos, no mesmo espaço. Nesse estudo, pode-se analisar que a integração e inclusão nos remetem a ideia de inserção escolar, por essa razão as práticas são confundidas no momento de aplicá-las.

A integração considera as deficiências como problemas das pessoas e visa à manutenção das estruturas institucionais, visualiza as pessoas. No entanto, a inclusão considera as deficiências como problema social e institucional e promove a transformação da sociedade e das instituições para acolher essas pessoas, onde considera os valores da pessoa.

Muitos movimentos sociais, leis, decretos, resoluções foram criados com o propósito de que a educação inclusiva aconteça nas escolas, porém, não será suficiente somente a criação de leis, mas uma reestruturação na prática do sistema escolar e a transformação do pensar tradicional da função social da escola, a formação de professores, as práticas pedagógicas, as relações que acontecem no contexto escolar.

Em síntese, a integração classifica os alunos na sua homogeneidade, trata as diferenças como um problema, há um planejamento único sem contextualização da diversidade de cada um. Assim, o sistema educacional se mantém inalterável, com a focalização no aluno. Nessa reflexão, há uma integração apenas física e social com uma visão única nos *déficit*, onde se oferece visivelmente práticas que constroem o aluno como diferente.

Por outro lado, a inclusão classifica os alunos na sua heterogeneidade, respeita as diversidades, há cooperação, pois a responsabilidade é coletiva, onde a diferença é vista como

um desafio. Busca-se um planejamento flexível, contextualizado e envolvendo todos os alunos para que se desenvolvam no âmbito cognitivo, social e cultural. Assim, entende-se que a inclusão acontecerá na educação inclusiva quando todos os envolvidos no sistema educacional se propuserem a pensar e a agir de maneira criativa, responsável, acolhedora, flexível, solidária, por fim que se busque o sucesso e a alegria de viver bem na sociedade. Pode-se dizer que o termo inclusão surge para eliminar as situações de desintegração. Assim, não se pode pensar que um ou outro será mais importante para a inclusão ocorrer nas escolas, mas sim, uma compreensão nas suas contradições, uma reestruturação, que envolve os órgãos governamentais, a sociedade, as comunidades escolares, professores, famílias e alunos.

Para finalizar, percebeu-se a importância do papel do gestor escolar diante da inclusão dos alunos com deficiência, pois, cabe a gestão escolar garantir aos alunos educação com qualidade, bem como a participação ativa e coletiva do aluno, a fim de que tenha condições de construir o conhecimento, tornando-se cidadão reflexivo e crítico sendo capaz de transformar a sua realidade. Porém, entende-se que o gestor encontrará dificuldades ao longo do exercício de suas funções, mas com o apoio de toda a equipe será possível buscar as soluções para os entraves que surgirem, proporcionando aos alunos um ambiente acolhedor e inclusivo, em que o educando permaneça na escola e tenha sucesso em suas aprendizagens.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.S. *Educação Inclusiva: Jogos para o Ensino de Conceitos*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2007.

BRASIL, **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

CARVALHO, R.E. *Removendo barreiras para a aprendizagem*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 201

JANNUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

LOURENÇO, E. *Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva*. Ouro Preto: Autêntica, 2010.

LUCK, H. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.

LUZ, R. M. N da. *Inclusão no Contexto Escolar: estado do conhecimento, proposições e desafios*. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade de Passo Fundo, 2017.

MANTOAN, M. T. E.: Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. *Ser ou estar, eis a questão: Explicando o Déficit Intelectual*. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

MAZZOTTA, M.J.S. *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816.
Acesso em: 20 jul. 2015.

MEDEIROS, João B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, E. G. Desafios atuais na formação do professor de educação especial. *Integração*. Brasília, v. 24, ano 4, p.12-17, 2002.

MITTLER, P. *Educação Inclusiva: Contextos Sociais*. Santana: Artmed, 2003.

SAGE, D.D. *Estratégias inclusivas para o ensino inclusivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SASSAKI, R.K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações*. 7.ed. Campinas, Autores Associados, 2000.

SILVA, C. L da. *Escola democrática, escola inclusiva. Diversa educação inclusiva na prática*. Set. 2015.

SOUSA, L. P. F. *Orquestrar a Gestão Escolar para respostas educativas na diversidade*. Orquestrar a Gestão Escolar para respostas educativas na diversidade. Luciane Porto Frazão de Sousa V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina. 2009.

STAIBACK, W. STAIBACK, S. *Inclusão: Um Guia para Educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.